



DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO

Instituído pela Lei Municipal Nº 324, de 30/01/2023

ADMINISTRAÇÃO DO EXMO. SR. PREFEITO LUSIMAR PORFÍRIO DA SILVA



Edição Nº. 271 – São Francisco do Oeste/RN, Terça-Feira – 05 de março de 2024.

IMPrensa Oficial do Município de São Francisco do Oeste/RN

EDITADO PELO GABINETE DO PREFEITO

PODER EXECUTIVO

LUSIMAR PORFÍRIO DA SILVA – PREFEITO MUNICIPAL
ALANY SAMUEL LOPES DE FREITAS – VICE-PREFEITO

PODER LEGISLATIVO – VEREADORES

CÍCERO GOMES DE FREITAS – PRESIDENTE
VALCIMAR FERREIRA DE PAIVA – VICE-PRESIDENTE
RAIMUNDO SOUZA DA SILVA – 1º SECRETÁRIO
ANTÔNIO GESSÉ DE FREITAS – 2º SECRETÁRIO
CLEIDE SANTANA DANTAS DA SILVA
FRANCISCO ERIVANALDO DIAS DINIZ
GENIOSMO CAMPOS PINHEIRO DE MORAIS
MARIA JUBERLÂNGIA DA SILVA
RAIMUNDO NONATO DOS SANTOS JÚNIOR

1 – COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

- **Decisão da Comissão de Licitação**
- **Termo de Autorização de Dispensa de Licitação Nº 04030001/2024**
- **Termo de Ratificação de Dispensa de Licitação Nº 04030001/2024**
- **Extrato de Dispensa de Licitação Nº 04030001/2024**
- **Aviso de Contratação Direta Nº 014.03/2024 – Processo Administrativo: 014.03/2024**
- **Termo de Referência Nº 014.03/2024**



DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO

Instituído pela Lei Municipal Nº 324, de 30/01/2023

ADMINISTRAÇÃO DO EXMO. SR. PREFEITO LUSIMAR PORFÍRIO DA SILVA



Edição Nº. 271 – São Francisco do Oeste/RN, Terça-Feira – 05 de março de 2024.

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

DECISÃO DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO

A Prefeitura Municipal de São Francisco do Oeste/RN, por intermédio do Presidente da CPL e Equipe de Apoio, vem tratar de recurso da licitante **ÂNGULO CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS EIRELI CNPJ: 23.011.656/0001-05** com sede a rua Comandante Vital Rolim, nº 1475, sala 106, Jardim Adalgisa, Cajazeiras/PB, que interpôs recurso contra a sua inabilitação na Tomada de Preços nº 002/2023.

1 - DA ADMISSIBILIDADE DO RECURSO – POSSIBILIDADE E TEMPESTIVIDADE:

Conforme previsto na lei e no edital do certame, após o participante ter sido declarado inabilitado, fora aberto o prazo para a manifestação da intenção de recorrer contra as decisões e/ou procedimentos durante a realização do certame.

A requerente alega na sua peça recursal, enviada via email no dia 09 (nove) de fevereiro de 2024, tempestivo, requerendo a habilitação da mesma, sendo a decisão desta comissão exagerada quando a sua desclassificação.

A doutrina aponta como pressupostos dessa espécie de recurso administrativo a legitimidade do recorrente, a existência de interesse recursal em presença de ato decisório, manifesta tempestividade, contendo fundamentação e pedido de nova decisão.

A legitimidade da recorrente pode ser comprovada pelo fato de ser licitante participante do certame. É certo, também, que o recurso foi interposto em face do resultado de sua inabilitação do presente certame e que as razões de recurso foram apresentadas no prazo e oportunidade legalmente conferidos, resultando disso a sua inquestionável tempestividade.

2 – DO PEDIDO:

A licitante **ÂNGULO CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS EIRELI CNPJ: 23.011.656/0001-05**, que a recorrente seja considerada Habilitada da Tomada de Preços 002/2023, pois a mesma atendeu todas as condições do Edital.

3 – DA ANÁLISE DO MÉRITO

Cumpram ressaltar que todos os julgados da administração pública estão embasados nos princípios insculpidos no art. 3º, da Lei nº 8.666/93, que dispõe:

“Art. 3º A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.”

A requerente alega que não descumpriu o item 9.4.2 que trata da Certidão Negativa de Tributos Municipais. A licitante apresentou justificativas que houve falha no sistema quando foi consultado a comprovação de autenticidade da certidão. Inclusive, apresentou declaração da empresa Eticons – Empresa de Tecnologia da Informação e Consultoria LTDA, empresa responsável pelo o sistema de tributos do município de Cajazeiras/PB, onde a mesma confirma que no dia da consulta o sistema estava em manutenção por conta da migração da base dados para um novo portal. No mais, após esclarecimentos, foi consultado novamente a autenticidade da certidão e dessa vez foi possível obter a confirmação da mesma, anexa aos autos.

Sobre o item 9.6.4, foi possível a comprovação do vínculo do responsável técnico através de contrato de prestação de serviço, acostada aos autos. Sendo, apresentada de forma tempestiva.

Sobre o item 9.6.5, que trata da declaração do pessoal técnico adequado para a realização do objeto da licitação, foi diligenciado para que a mesma pudesse sanar documentação apresentada. No mais, a licitante apresentou documentos que comprovam a capacidade técnica conforme o item requerente.

4 – DA CONCLUSÃO:

Por todo o exposto, concluo que os argumentos trazidos a lume pela Recorrente em sua peça recursal se mostraram suficientes para conduzir-nos à reforma da decisão atacada.

5 – DA DECISÃO:

Isto posto, sem mais nada a considerar, respeitados os princípios constitucionais do contraditório e da ampla defesa, **CONHEÇO DO RECURSO** apresentado pela empresa **ÂNGULO CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS EIRELI CNPJ: 23.011.656/0001-05** para, **NO MÉRITO, DAR-LHE PROVIMENTO**, habilitando a recorrente na licitação em curso. No mais, deverá ser marcada para abertura das propostas de preços.

São Francisco do Oeste/RN 04 de março de 2024

José Nilciedson da Silva
Presidente da CPL

Francisco Fhederico Diógenes de Sousa
Secretário da CPL

Raigna Maria Martins Almeida
Membro da CPL

Alzineide Pereira Souza Costa
Membro da CPL



DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO

Instituído pela Lei Municipal Nº 324, de 30/01/2023

ADMINISTRAÇÃO DO EXMO. SR. PREFEITO LUSIMAR PORFÍRIO DA SILVA



Edição Nº. 271 – São Francisco do Oeste/RN, Terça-Feira – 05 de março de 2024.

TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 04030001/2024

OBJETO: Contratação de empresa especializada na prestação dos serviços em caráter de URGÊNCIA para um procedimento de exame: ENDOSCOPIA DIGESTIVA ALTA, COM DILATAÇÃO, IC: ESTENOSE ACTINICA ESOFAGO para a paciente NAIR NETA DA SILVA PEREIRA.

Afigurando-me que a contratação é legal, com base no Art. 75, VIII, da lei 14.133/21, AUTORIZO o procedimento de que se cogita em favor da empresa UNIDADE MEDICA DR FLAUBERT SENA LTDA – CNPJ: 12.138.487/0001-52, objetivando o Contratação de empresa especializada na prestação dos serviços em caráter de URGÊNCIA para um procedimento de exame: ENDOSCOPIA DIGESTIVA ALTA, COM DILATAÇÃO, IC: ESTENOSE ACTINICA ESOFAGO para a paciente NAIR NETA DA SILVA PEREIRA, com o valor total julgado de R\$ 3.000,00 (três mil reais).

Ordeno que se proceda a realização do respectivo empenho e a publicação do objeto supramencionado, com a condição de sua eficácia.

Sigam-se os ulteriores termos.

São Francisco do Oeste/RN, 04/03/2024

Lusimar Porfírio da Silva
Prefeito Municipal

TERMO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 04030001/2024

RECONHEÇO, a Dispensa de Licitação fundamentada no Art. 75, VIII, da lei 14.133/21 e suas atualizações posteriores e em consonância com o parecer jurídico acostado aos autos, para a contratação da empresa UNIDADE MEDICA DR FLAUBERT SENA LTDA – CNPJ: 12.138.487/0001-52, referente Contratação de empresa especializada na prestação dos serviços em caráter de URGÊNCIA para um procedimento de exame: ENDOSCOPIA DIGESTIVA ALTA, COM DILATAÇÃO, IC: ESTENOSE ACTINICA ESOFAGO para a paciente NAIR NETA DA SILVA PEREIRA.

RATIFICO, conforme prescreve o art. 72 da lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, o Despacho do Ilmo. Sr. Presidente da Comissão de Contratação.

São Francisco do Oeste/RN, 04/03/2024.

Lusimar Porfírio da Silva
Prefeito Municipal

EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 04030001/2024

Processo: 04030001/2024

Objeto: Contratação de empresa especializada na prestação dos serviços em caráter de URGÊNCIA para um procedimento de exame: ENDOSCOPIA DIGESTIVA ALTA, COM DILATAÇÃO, IC: ESTENOSE ACTINICA ESOFAGO para a paciente NAIR NETA DA SILVA PEREIRA.

Contratante: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E SANEAMENTO – CNPJ: 13.886.253/0001-56

Contratado: UNIDADE MEDICA DR FLAUBERT SENA LTDA - CNPJ: 12.138.487/0001-52, com o valor total de R\$ 3.000,00 (três mil reais)

Base legal: Art. 75, VIII, da lei 14.133/21

São Francisco do Oeste, 04/03/2024.

AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA Nº 014.03/2024

Processo Administrativo: 014.03/2024

A Prefeitura Municipal de São Francisco do Oeste/RN, através da Secretaria Municipal de Obras e Urbanismo, em atendimento ao §3º do art. 75, inciso II, da Lei nº. 14.133/2021, torna público para conhecimento dos interessados, o presente Aviso de Contratação Direta nº 014.03/2024, visando a Contratação de empresa especializada para aquisição de equipamentos para limpeza e controle de plantas e ervas daninhas na área urbana, não estando incluso serviço de manutenção dos jardins das praças e canteiros urbanos deste município, afim de obter propostas de preços adicionais de eventuais interessados, devendo ser selecionada a proposta mais vantajosa.

Data limite para apresentação da proposta e documentação:	07/03/2024
Hora limite para apresentação da proposta e documentação:	12:00 horas
Endereço eletrônico para recebimento das propostas adicionais:	compras.sforn@gmail.com
Link do Aviso de Contratação Direta	https://saofranciscodoeste.rn.gov.br
Critério de Julgamento:	Menor preço por item



DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO

Instituído pela Lei Municipal Nº 324, de 30/01/2023

ADMINISTRAÇÃO DO EXMO. SR. PREFEITO LUSIMAR PORFÍRIO DA SILVA



Edição Nº. 271 – São Francisco do Oeste/RN, Terça-Feira – 05 de março de 2024.

01– DA PARTICIPAÇÃO NA DISPENSA

- 1.1– A participação na presente Dispensa de Licitação ocorrerá através do envio da proposta de preços e dos documentos de habilitações especificados no Termo de Referência, na forma estabelecida no preâmbulo desse documento.
- 1.2– Não poderão participar desta Dispensa de Licitação os fornecedores:
 - 1.2.1– Que não atendam às condições deste Aviso de Contratação Direta e seu(s) anexo(s);
 - 1.2.2– Estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;
- 1.3– Que se enquadrem nas seguintes vedações:
 - 1.3.1– Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da contratação, impossibilitada de contratar em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
 - 1.3.2– Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
 - 1.3.3– Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;
 - 1.3.4– Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.
- 1.4– Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico;
- 1.5– O disposto no item 1.3.3 aplica-se também ao fornecedor que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do fornecedor;
- 1.6– Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário).

02– INGRESSO NA DISPENSA DE LICITAÇÃO E ENVIO DAS PROPOSTAS DE PREÇOS

- 2.1 – Ingresso do fornecedor na Dispensa de Licitação ocorrerá com o envio de sua proposta documentos de habilitação, na forma deste item.
- 2.2 – O fornecedor interessado, após a divulgação do Aviso de Contratação Direta, encaminhará via e-mail: compras.sforn@gmail.com, a proposta com a descrição do objeto ofertado, a marca do produto, quando for o caso, e o preço ou o desconto, até a data e o horário estabelecidos para o envio dos documentos.
- 2.3– Juntamente com a proposta, o interessado deverá enviar toda a documentação de habilitação descrita no Termo de Referência, na mesma forma do item anterior.
- 2.4– Se a opção escolhida for o envio por intermédio do site oficial da Prefeitura Municipal de São Francisco do Oeste/RN, deve-se levar em consideração que somente a proposta de preço poderá ser anexada, mas o envio da documentação de habilitação constante no Termo de Referência poderá ser por e-mail ou envio ao endereço físico, na Rua São Francisco, 64, Centro, São Francisco do Oeste/RN CEP: 59.908-000.

03– JULGAMENTO DAS PROPOSTAS DE PREÇOS

- 3.1– Encerrado o prazo para o envio das propostas e documentos de habilitação, será verificada a conformidade da proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação do objeto e à compatibilidade do preço em relação ao estipulado para a contratação.
- 3.2– O município poderá, conforme § 4º, do art. 7º da IN 65/SEGES de 07 de julho de 2021, selecionar proposta economicamente mais vantajosa, apresentada na estimativa de preços.

04– HABILITAÇÃO

- 4.1– Os documentos a serem exigidos para fins de habilitação constam do ANEXO I, referente ao Termo de Referência, especificamente o item "10", deste aviso e serão solicitados do fornecedor mais bem classificado ou deverão ser enviados, concomitantemente, com a Proposta de Preços.
- 4.2– Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do fornecedor detentor da proposta classificada em primeiro lugar, será verificado o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no processo de contratação direta ou a futura contratação, conforme art. 91 § 4º, da Lei Federal 14.133/21, mediante a consulta aos seguintes cadastros:
 - 4.2.1– Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União: (<https://portaldatransparencia.gov.br/sancoes/consulta?cadastro=1%2C2>); e
 - 4.2.2– Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União: (<https://portaldatransparencia.gov.br/sancoes/consulta?cadastro=1%2C2>).
 - 4.2.3– A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa fornecedora e de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.
 - 4.2.3.1– Constatada a existência de sanção, o fornecedor será considerado inabilitado, por falta de condição de participação.
- 4.3– Na hipótese de necessidade de envio de documentos complementares, indispensáveis à confirmação dos já apresentados para a habilitação, o fornecedor será convocado a encaminhá-los, em formato digital, através do e-mail, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, sob pena de inabilitação.
- 4.4– Será inabilitado o fornecedor que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Aviso de Contratação Direta.
 - 4.4.1– Na hipótese de o fornecedor não atender às exigências para a habilitação, o órgão ou entidade examinará a proposta subsequente, e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda às especificações do objeto e as condições de habilitação.



DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO

Instituído pela Lei Municipal Nº 324, de 30/01/2023

ADMINISTRAÇÃO DO EXMO. SR. PREFEITO LUSIMAR PORFÍRIO DA SILVA



Edição Nº. 271 – São Francisco do Oeste/RN, Terça-Feira – 05 de março de 2024.

05- DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

5.1- No caso de todos os fornecedores restarem desclassificados ou inabilitados (procedimento fracassado), a Administração poderá:

5.1.1- Republicar o presente aviso com uma nova data para envio de nova documentação;

5.1.2- Valer-se, para a contratação, de proposta obtida da estimativa de preços que serviu de base ao procedimento, se houver, conforme previsto no art. 7ª, § 4º da IN/65 SEGES, privilegiando-se a contratação mais vantajosa, e desde que atendidas às condições de habilitação exigidas.

5.1.3- Fixar prazo para que possa haver adequação das propostas ou da documentação de habilitação, conforme o caso.

5.2- Caberá ao fornecedor acompanhar as publicações e os emails, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda do negócio diante da inobservância de quaisquer mensagens enviadas e publicações realizadas.

5.3- Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça o recebimento da proposta e documentos na data marcada, a data limite será transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário.

5.4- Os horários estabelecidos observarão o horário de Brasília-DF.

5.5- É facultada ao Agente de Contratação ou à Autoridade Superior, em qualquer fase da Contratação Direta, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo. A Administração poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante diligência, registrado em ato formal, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

5.6- Fica assegurado à Prefeitura Municipal de São Francisco do Oeste/RN o direito de, no interesse da Administração, anular ou revogar, a qualquer tempo, no todo ou em parte, a presente contratação, dando ciência aos participantes, na forma da legislação vigente.

5.7- Fica eleito o Foro da Comarca de Pau dos Ferros, Estado do Rio Grande do Norte, para solucionar quaisquer questões oriundas desta Dispensa de Licitação.

São Francisco do Oeste/RN, 04 de março de 2024.

José Nilciedson da Silva
AGENTE DE CONTRATAÇÃO

TERMO DE REFERÊNCIA Nº 014.03/2024

1 – OBJETO

1.1 - Aquisição de equipamentos para limpeza e controle de plantas e ervas daninhas na área urbana, não estando incluso serviço de manutenção dos jardins das praças e canteiros urbanos deste município, tudo de conforme com as especificações contidas neste TERMO DE REFERÊNCIA.

2 – JUSTIFICATIVA

2.1 - A aquisição de equipamentos para limpeza de plantas e ervas daninhas em áreas urbanas do município é essencial para manter a cidade limpa, segura e agradável para os moradores. A utilização desses equipamentos contribui para a manutenção de acesso as ruas, calçadas e demais espaços públicos, evitando o crescimento descontrolado de plantas invasoras que podem prejudicar a estética e a funcionalidade dessas áreas. Além disso, a limpeza e manutenção adequadas colaboram para a prevenção de doenças transmitidas por vetores, como roedores e insetos, promovendo assim um ambiente mais saudável para a população.

3 – CLASSIFICAÇÃO DE BENS E SERVIÇOS COMUNS

3.1 - Os produtos a serem adquiridos enquadram-se na classificação de bens e serviços comuns, nos termos do Inciso XIII, art. 6º da Lei nº 14.133, de 2021, cujos padrões de desempenho de qualidade podem ser objetivamente definidos por este termo, por meio de especificações usuais de mercado.

4 – ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UND	QDE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
01	Roçadeira toyama TBC-52	UND	10	1.352,67	13.526,70
02	Carretel para roçadeira	UND	20	79,08	1.581,60
03	Fio de nylon quadrado 3MM	METRO	5000	1,71	8.550,00
04	Transmissão da roçadeira	UND	10	252,84	2.528,40
05	Carburador da roçadeira	UND	10	260,37	2.603,70



DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO

Instituído pela Lei Municipal Nº 324, de 30/01/2023

ADMINISTRAÇÃO DO EXMO. SR. PREFEITO LUSIMAR PORFÍRIO DA SILVA



Edição Nº. 271 – São Francisco do Oeste/RN, Terça-Feira – 05 de março de 2024.

06	Cilindro completo da roçadeira	UND	10	253,36	2.533,60
07	Cardam rolo superior EM 6600	UND	5	513,36	2.566,80
08	Jogo de faca da ensiladeira EM 6800	UND	5	719,58	3.597,90
09	Disco de grade 26" recortado	UND	5	690,26	3.451,30
10	Mancal agrícola	UND	5	776,85	3.884,25
11	Eixo p/ grade aradora 1.5/8	UND	4	709,13	2.836,52
12	Disco de grade 24" recortado	UND	10	595,23	5.952,30
VALOR TOTAL R\$:					53.613,07

4.1 – A empresa a ser contratada, deverá disponibilizar de forma **imediate**, os produtos descritos em Ordem de Serviço.
4.2 – No preço proposto já deverão estar incluídos todos os custos necessários para o cumprimento do objeto, bem como todos os impostos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros e quaisquer outros que incidam ou venham a incidir sobre o objeto.

5 – PRAZO PARA CONTRATAÇÃO

5.1 - O prazo de vigência da contratação é até dia 31/12/2024, contados da assinatura do termo de contrato, na forma do art. 105 da Lei nº 14.133/2021.

6 – FUNDAMENTAÇÃO

6.1 – A elaboração deste Termo de Referência está sendo feito pelas disposições legais contidas na Lei Federal nº 14.133, de 01 de abril de 2021; Lei Complementar nº 123/2006, alterada pela Lei Complementar nº 147/2014, resolução 028/2020 do Tribunal de Contas do estado do Rio Grande do Norte e demais exigências contidas nas condições deste Termo de Referências.

7 – REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

7.1 – As empresas interessadas, como condição de habilitação para participar do processo de contratação direta, deverão apresentar toda documentação exigida neste termo de referência.

7.2 - Havendo o aceite da proposta quanto ao valor, o interessado classificado provisoriamente em primeiro lugar, poderá apresentar amostra, em local a ser determinado, no prazo máximo de 02 (dois) dias, contados da solicitação da amostra. Nos moldes do Art. 42 da Lei Federal 14.133/21.

7.2.1 – No caso de não haver apresentação da amostra ou ocorrer atraso na apresentação, sem justificativa aceita, ou havendo apresentação de amostra fora das especificações previstas, a proposta será recusada.

7.2.2 – Os interessados deverão colocar à disposição da Administração todas as condições indispensáveis à realização de testes e fornecer, sem ônus, todas as informações necessárias para a comprovação de aptidão do objeto, quando for o caso.

7.3- Não será admitida a subcontratação do objeto contratado.

7.3.1 – Não haverá exigência da garantia da contratação nos moldes dos arts. 96 ao 102, da Lei 14.133/2021.

7.3.2 – A avaliação prévia do local de execução dos serviços é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, sendo assegurado ao interessado o direito de realização de vistoria prévia, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das 07 (sete) horas às 13 (treze) horas.

7.3.3 – Para a vistoria, o representante legal da empresa ou responsável técnico deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

7.3.4 – A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo o contratado assumir os ônus dos serviços decorrentes.

8 – EXECUÇÃO DO OBJETO

8.1 – Os fornecimentos deverão iniciar de forma **imediate**, sem interrupções, quando solicitados, para a unidade solicitante, no endereço indicado pela unidade requisitante mediante ordem de fornecimento.

8.2 – O fornecimento, objeto desta contratação será feito diretamente pela detentora, CONTRATADA, sem a cobrança de encargos, ou ônus, de qualquer natureza, conforme a disposição dos itens e subitens.

8.2.1 – As despesas com motorista, combustível, transporte e manutenção do veículo serão por conta da contratada.

8.3 – Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes dos produtos, de acordo com os artigos 12, 13 14, e 18 do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990).

8.4 – Caso não seja possível a realização na data assinalada em Ordem de Fornecimento, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 01 (uma) hora do recebimento da O.F. para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.



DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO

Instituído pela Lei Municipal Nº 324, de 30/01/2023

ADMINISTRAÇÃO DO EXMO. SR. PREFEITO LUSIMAR PORFÍRIO DA SILVA



Edição Nº. 271 – São Francisco do Oeste/RN, Terça-Feira – 05 de março de 2024.

8.5 – Os fornecimentos poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos ou realizados novamente, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

9 – GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

9.1 – O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial (Lei nº 14.133/2021, art. 115, caput).

9.2 – Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila (Lei nº 14.133/2021, art. 115, §5º).

9.3 – A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos que realizará inspeção minuciosa de todos os serviços executados, por meio de profissionais técnicos competentes, acompanhados dos profissionais encarregados pelo serviço, com a finalidade de verificar a adequação dos serviços e constatar e relacionar os arremates, retoques e revisões finais que se fizerem necessários (Lei nº 14.133/2021, art. 117, caput).

9.3.1 – As fiscalizações serão realizadas pelo Gestor de Contrato responsável designado através da portaria 116/2021 de 14 de maio de 2021, através dos Gestores de Contrato: ADDYSON MANOEL FREITAS DE PAIVA, CPF: 095.873.204-33, nos contratos oriundos da Secretaria Municipal de Obras e Urbanismo, FRANCISCO RODRIGO ALVES DA SILVA, CPF: 016.801.404-18, Gestor de Contratos Suplente.

9.3.2 – O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §2º).

9.4 – O contratado será obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados (Lei nº 14.133/2021, art. 119).

9.5 – O contratado será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante (Lei nº 14.133/2021, art. 120).

9.6 – Somente o contratado será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, caput).

9.6.1 – A inadimplência do contratado em relação aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transferirá à Administração a responsabilidade pelo seu pagamento e não poderá onerar o objeto do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, §1º).

10 – LIQUIDAÇÃO E PAGAMENTO

10.1 – Após recebida a documentação, o setor de protocolo encaminhará para o Fiscal de Contrato responsável pelo atesto, logo em seguida, encaminhará para o setor contábil para liquidação da despesa, obedecendo o prazo máximo de 05 (cinco) dias.

10.2 – O responsável pelo atesto da pertinente despesa, conferirá a documentação legalmente exigível para efeito do adimplemento da obrigação, verificando, junto aos respectivos órgãos expedidores, as autenticidades das certidões de regularidade apresentadas, bem como se o objeto atende às especificações e condições do contrato, assim como estabelece o art. 63 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, de modo que, em não sendo detectada pendência, será emitido o atesto.

10.3 – O pagamento decorrente do fornecimento do objeto deste Termo de Referência será efetuado pela Secretaria Municipal de Finanças, por processo legal, após a emissão das Notas Fiscais/Faturas (em duas vias), fazendo menção ao Contratação Direta nº 014.02/2024, o qual será pago através de cheque nominativo, Transferência ou Ordem Bancária, em favor da Contratada, até, no máximo 30 (trinta) dias após a apresentação da referida Nota Fiscal. As Notas Fiscais/Faturas devem ser encaminhadas ao setor de Protocolo do Município, devidamente atestadas e acompanhadas das Certidões de Regularidade para com as Receitas Federal, Estadual e Municipal, FGTS e Trabalhista com os prazos de validade devidamente atualizados.

10.4 – Caso deseje receber o pagamento por meio de depósito/transferência, a empresa deverá fornecer o nome do Banco, o número da conta e respectiva Agência.

10.5 – À Prefeitura Municipal de São Francisco do Oeste/RN fica reservado ao direito de não efetivar o pagamento se, no ato da entrega e aceitação do material fornecido pela Contratada não estiverem de acordo com as especificações estipuladas neste Termo de Referência.

10.6 – Em caso de irregularidade na emissão dos documentos fiscais, o prazo de pagamento será contado a partir de sua reapresentação, desde que devidamente regularizados.

10.7 – No caso de incorreção dos documentos apresentados, inclusive na Nota Fiscal/Fatura, serão estes restituídos à Contratada, para as correções solicitadas, não respondendo a Prefeitura Municipal São Francisco do Oeste/RN por quaisquer encargos resultantes de atrasos na liquidação dos pagamentos correspondentes.

10.8 – O pagamento será efetuado de acordo com a Resolução 032/2016 – TCE/RN, alterada pelas Resoluções: 017/2017, 024/2017 e 003/2018 – TCE/RN, obedecendo a ordem cronológica dos credores cujas despesas já foram liquidadas.

11 – FORMAS E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

11.1 – O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de contratação direta, com fundamento na hipótese do art. 75, inciso II, da Lei nº 14.133/2021.

11.1.1 – Caso o fornecedor selecionado esqueça de enviar documento, será solicitado via email para que seja sanado no prazo máximo de 03 (três) dias úteis, sob pena de desclassificação.

11.2 – Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, caso exigidos e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

11.3 – Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

11.4 – Para fins de contratação, deverá o fornecedor comprovar os seguintes requisitos de habilitação:

11.5 – Habilitação Jurídica:



DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO

Instituído pela Lei Municipal Nº 324, de 30/01/2023

ADMINISTRAÇÃO DO EXMO. SR. PREFEITO LUSIMAR PORFÍRIO DA SILVA



Edição Nº. 271 – São Francisco do Oeste/RN, Terça-Feira – 05 de março de 2024.

11.5.1 – No caso de Empresário Individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

11.5.2 – No caso de Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual – CCMEI;

11.5.3 – No caso de Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

11.5.4 – No caso de Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

11.5.5 – Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

11.5.6 – RG e CPF do empresário, ou sócios, conforme cada caso.

11.6 – Habilitações Fiscal, Social e Trabalhista:

11.6.1 – Pessoa Jurídica:

11.6.2 – Prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);

11.6.3 – Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual e/ou Municipal;

11.6.4 – Certidão Conjunta Negativa de Tributos Federais e Dívida Ativa da União, abrangendo inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas “a” a “d” do § único do art. 11, da Lei Federal nº 8.212, de 24, de junho de 1991, emitida pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional e a Secretaria da Receita Federal do Brasil;

11.6.5 – Certificado de Regularidade de Situação – CRS, relativo ao FGTS;

11.6.6 – Certidão Negativa de Débito do Estado ou Distrital do domicílio ou sede do fornecedor;

11.6.7 – Certidão Negativa dos Tributos Municipais, do domicílio ou sede do fornecedor;

11.6.8 – Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas, fornecida pela Justiça do Trabalho.

11.7 – Qualificação Técnica:

11.7.1 – No mínimo 01 (um) atestado de capacidade técnica emitido por pessoa do direito público ou privado, que comprovem que a empresa a ser contratada prestou ou está prestando, a contento, o fornecimento do objeto em características compatíveis ao desta contratação.

11.8 – Documentos Complementares:

11.8.1 – Declaração de que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

11.8.2 – Declaração de que não existem fatos supervenientes impeditivos de sua participação e contratação com a Administração Pública.

11.8.3 – Declaração de não parentesco, conforme decisão nº 190/2010 TCE/RN.

12 – ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

12.1 – As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de São Francisco do Oeste/RN.

12.2 – Os recursos financeiros destinados às despesas decorrentes do objeto contratado se encontram alocados no Orçamento Geral do Município, através seguinte Dotação Orçamentária: Exercício 2024, Secretaria Municipal de Obras e Urbanismo: Ação 7.125 – Manutenção da Secretaria de Obras e Serviços Urbanos/Rurais, Despesa 187 - 3.3.90.30.00 – Material de Consumo, Fonte de Recurso: 1501 - Outros Recursos não Vinculados; Ação 7.125 – Manutenção da Secretaria de Obras e Serviços Urbanos/Rurais, Despesa 195 - 4.4.90.51.00 – Equipamentos e Material Permanente, Fonte de Recurso: 1501 - Outros Recursos não Vinculados.

13 – DO FORO

13.1 - Fica eleito o foro da Comarca de Pau dos ferros, Estado do Rio Grande do Norte, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja para dirimir qualquer questão oriunda da aquisição dos materiais relativos ao resultado da licitação.

São Francisco do Oeste/RN, 04 de março de 2024.

Atevaldo Porfírio da Silva
Secretária Municipal de Obras e Urbanismo
CPF: 024.784.994-44

ESPAÇO NÃO UTILIZADO

Fim do Diário Oficial - Edição N.º 271 de 05 de março de 2024 com 7 págs.